

O preparo de tropa de Infantaria da Aeronáutica para Operações de Paz: percepção de militares que atuaram na missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

Gustavo Moura de Oliveira  0000-0001-9540-1664

Grupo de Segurança e Defesa de Barbacena, Escola Preparatória de Cadetes do Ar, EPCAR, Barbacena, MG, Brasil

Newton Hirata  0000-0002-0027-1885

Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais da UNIFA, Universidade da Força Aérea, UNIFA, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Débora Fernanda Haberland  0000-0001-5448-6278

Subseção de Pesquisa e Inovação, Instituto de Medicina Aeroespacial, IMAE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A Força Aérea Brasileira (FAB) sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) em missões de Paz com emprego de tropa de Infantaria de 2011 a 2017 na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Houve diferença no preparo dos pelotões. Objetivo: analisar o preparo de tropa com vistas ao emprego em Operações de Paz, a partir da percepção dos militares, comandantes de Pelotão de Infantaria da Aeronáutica (PINFA) e graduados. Pretende-se verificar se os protocolos utilizados no treinamento estão de acordo com o preconizado pela ONU e atenderam o necessário no emprego. Método: abordagem qualitativa, exploratória e descritiva para as entrevistas com militares com experiência na MINUSTAH. O questionário contou com cinco partes: perfil profissional, preparo para missão, avaliação em relação à preparação para atuação nas missões e perguntas sobre lições aprendidas, lacunas de treinamento e sugestões de aprimoramento. Para a análise, optou-se por utilização de tabelas e estatística descritiva na interpretação dos dados coletados, com posterior discussão dos resultados. Resultados: é possível identificar que a capacitação recebida foi importante, porém os pelotões participantes tiveram formações diferentes. Identificou-se que a participação na MINUSTAH trouxe ganhos operacionais à Infantaria, utilizados, por exemplo, em missão de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Conclusões: a FAB tem estabelecido um preparo que atende as competências recomendadas pela ONU. Avaliação do preparo: com base nos participantes da MINUSTAH, pode contribuir com um treinamento mais adequado, para que se tornem aptos a atuarem em uma situação real em prol da sociedade.

Palavras-chave: Missões de Paz, Preparo Militar, Tropa de Infantaria, Emprego de Tropa.

The preparation of Air Force Infantry Troops for Peace Operations: perception of military personnel who worked in the United Nations mission for stabilization in Haiti.

ABSTRACT

The Brazilian Air Force (FAB) under the aegis of the United Nations (UN) in peacekeeping missions with the employment of infantry troops from 2011 to 2017 in the United Nations Mission for the Stabilization of Haiti (MINUSTAH). However, there was a difference in preparation between the platoons. Objective: to analyze the preparation of troops with a view to employment in Peacekeeping Operations, based on the perception of Air Force Infantry Platoon Commanders (PINFA) and graduates. It is intended to verify if the protocols used in the training are in accordance with what is recommended by the UN and met what is necessary in the job. Method: qualitative, exploratory and descriptive approach, where military personnel with experience in MINUSTAH were interviewed. The questionnaire had five parts: professional profile, preparation for the mission, evaluation in relation to the preparation to work in the Missions and questions about lessons learned, training gaps and suggestions for improvement. For the analysis, it was decided to use tables, and descriptive statistics in the interpretation of the collected data with subsequent discussion of the results. Results: It is possible to identify that the training received was important, but the participating platoons had different formations. It was identified that participation in MINUSTAH brought operational gains to the Infantry, used, for example, in the Law and Order Assurance Mission (GLO). Conclusions: The FAB has established a preparation that meets the competences recommended by the UN. Assessment of preparedness from MINUSTAH participants can contribute to more adequate training, being able to act in a real situation for the benefit of society.

Keywords: Peace Missions, Military Preparation, Infantry Troop, Troop Employment.

La preparación de las Tropas de Infantería de la Fuerza Aérea para Operaciones de Paz: percepción del personal militar que trabajó en la misión de las Naciones Unidas para la estabilización en Haití.

RESUMEN

La Fuerza Aérea Brasileña (FAB) bajo los auspicios de las Naciones Unidas (ONU) en misiones de mantenimiento de la paz con el empleo de tropas de infantería de 2011 a 2017 en la Misión de las Naciones Unidas para la Estabilización de Haití (MINUSTAH). Sin embargo, hubo una diferencia en la preparación entre los pelotones. Objetivo: analizar la preparación de las tropas con miras al empleo en Operaciones de Paz, a partir de la percepción de los Comandantes de Pelotón de Infantería del Ejército del Aire (PINFA) y egresados. Se pretende verificar si los protocolos utilizados en la capacitación están de acuerdo con lo recomendado por la ONU y cumplieron con lo necesario en el puesto de trabajo. Método: enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, donde se entrevistó a personal militar con experiencia en la MINUSTAH. El cuestionario constaba de cinco partes: perfil profesional, preparación

para la misión, evaluación en relación a la preparación para trabajar en las Misiones y preguntas sobre lecciones aprendidas, brechas de formación y sugerencias de mejora. Para el análisis se optó por utilizar tablas y estadística descriptiva en la interpretación de los datos recolectados con posterior discusión de los resultados. Resultados: Es posible identificar que el entrenamiento recibido fue importante, pero los pelotones participantes tenían formaciones diferentes. Se identificó que la participación en la MINUSTAH trajo ganancias operativas a la Infantería, utilizadas, por ejemplo, en la Misión de Garantía de la Ley y el Orden (GLO). Conclusiones: La FAB ha establecido una preparación que cumple con las competencias recomendadas por la ONU. La evaluación de la preparación de los participantes de la MINUSTAH puede contribuir a una formación más adecuada, pudiendo actuar en una situación real en beneficio de la sociedad.

Palabras clave: Misiones de Paz, Preparación Militar, Tropa de Infantería. Empleo de tropa.

1 INTRODUÇÃO

É patente que o Estado brasileiro participa de missões sob à égide de organismos internacionais há quase 70 anos com a projeção de grande contingente de militares. Segundo Hamann (2016), a primeira participação brasileira neste campo de atuação coincide com a estreia da própria ONU, em 1947, quando a Assembleia Geral permitiu a projeção de uma reduzida equipe para os Bálcãs (UN Special Commission on the Balkans – UNSCOB). Na oportunidade, o Brasil enviou um diplomata e três militares (um de cada Força). Desde então, a presença brasileira ocorre de forma permanente nas Operações de Manutenção de Paz (OMP).

Nas últimas duas décadas, o Brasil tornou-se um ator importante nas missões de *peacekeeping*, que são atividades destinadas a criar condições que favorecem a paz duradoura – as Operações de Paz. Como causa e consequência desse processo, as autoridades brasileiras passaram a adotar critérios de participação em sintonia com os princípios e as diretrizes da política externa brasileira (KENKEL, MORAES, 2012). Com o passar dos anos, das fases, tipos e lugares das missões, a participação ocorreu com maior ou menor efetivo, mas de uma forma perene. Segundo análise realizada por Hamann (2016), as contribuições do Brasil para as missões da ONU, demonstraram que, de 71 missões de manutenção da paz autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, 43 contaram com brasileiros no terreno.

Conforme Júnior e Góes (2010), a diplomacia brasileira é a atuação em operações de paz. As missões são instrumentos legítimos de busca da solução de conflitos aceitos pela política externa do país, de maneira continuada, desde a criação das Nações Unidas. Operações de paz são destinadas a prevenir, gerenciar e/ou resolver conflitos violentos ou, ainda, reduzir o risco de recomeço do conflito (ONU, 2008).

Assim, o Brasil não participa de *peace enforcement* (imposição da paz), conforme a Constituição Federal, que estabelece a participação em solução pacífica das controvérsias (MARTINS FILHO, 2015). O artigo 4º da Constituição Federal (CF) destaca a sua característica pacífica em defesa da paz e a solução pacífica de conflitos, bem como a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 1988). Conforme Oliveira Júnior e Góes (2010), manter a tradição brasileira em operações de paz dá



continuidade à imagem do Brasil como Estado que privilegia as estratégias pacíficas de resolução de conflitos.

Outro princípio a que o Brasil atribui grande importância é o consentimento do Estado anfitrião à presença de missões da ONU. Este princípio reflete o respeito à soberania dos Estados e a não intervenção em seus assuntos internos, alheios ao mandato da missão pertinente.

“Ao mesmo tempo, o consentimento é o sinal positivo de uma parceria entre as Nações Unidas e o Estado anfitrião, não só na manutenção da paz, mas também no apoio à realização de importantíssimas funções primárias do Estado, como a proteção de civis” (KENKEL; MORAES, 2012, p. 8).

Diante do exposto, este artigo trata de um recorte de uma dissertação de mestrado, que teve por objetivo analisar o preparo de tropa de infantaria da Aeronáutica, com vistas ao emprego em Operações de Paz. Assim, com base na percepção dos militares, comandantes de Pelotão de Infantaria da Aeronáutica (PINFA) da FAB na MINUSTAH e seus graduados de maior antiguidade, fundamentados, pretende-se verificar se as práticas e protocolos que devem ser utilizados para que os militares em treinamento sejam considerados aptos para o cumprimento de missão estão de acordo com o preconizado pela ONU e se o preparo dialoga com o que efetivamente é necessário no emprego.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Atuação brasileira na MINUSTAH

Uma crise política ocorrida no Haiti no início de 2004 levou à renúncia do Presidente Aristide em 29 de fevereiro daquele ano. Neste íterim, o presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, assumiu a presidência e requisitou a presença da comunidade internacional para auxiliar a estabilização do país. Então, foi estabelecido, por meio da Resolução nº 1.529, a Força Multinacional Interina (MIF) após autorização do Conselho de Segurança. Estabeleceu-se um mandato de, no máximo, três meses. A MIF, composta de tropas dos Estados Unidos, da França, do Canadá e do Chile, baseada no capítulo VIII da Carta da ONU, foi engajada para garantir o fornecimento de ajuda humanitária e auxiliar na manutenção dos direitos humanos e da segurança pública.

Conforme Sousa Neto (2012, p. 243), “em junho de 2004, encerra-se esse mandato e inicia-se a MINUSTAH, aprovada pelo Conselho de Segurança, em 30 de abril do mesmo ano, por meio da Resolução no 1.542.4”. O Brasil iniciou sua participação na missão naquele ano. A participação do Brasil na MINUSTAH pode ser entendida como uma mensagem aos Estados Unidos de que o país tem condições de dividir os custos políticos e econômicos relacionados a esse tipo de missão (VILLA; VIANA, 2010). Quando o Brasil assumiu o comando militar da MINUSTAH, o país vivia um período de estabilidade política e a decisão de participar

mais efetivamente de missões de paz da ONU estava inserida em um projeto de ampliação do protagonismo brasileiro no cenário internacional (AMORIM, 2016).

O Ministério da Defesa afirma que 37.449 militares brasileiros participaram da operação que durou 13 anos e 137 dias. A partir de 2004 houve um aumento no número de militares e policiais no terreno, devido à MINUSTAH (HAMANN, 2016). O envio de tropas e forças de comando brasileiras ao Haiti revelou um novo ator na política externa de segurança brasileira, o Ministério da Defesa. Todas as atividades na MINUSTAH estão sob a responsabilidade desse ministério (VILLA; VIANA, 2010).

Diplomaticamente, essa operação foi considerada um importante instrumento de política externa que possibilitou ao país exercer um maior protagonismo no cenário internacional, sobretudo na América Latina e Caribe (AMORIM, 2016). A participação consistente do Brasil colocou o país sob observação dos demais integrantes da comunidade internacional. O reconhecimento em contribuir para a solução das questões relevantes de segurança internacional é um dos objetivos perseguidos pelo Brasil no cenário internacional (KENKEL; MORAES, 2012). Esse fato vai ao encontro com Souza Neto (2012), que afirma que “o Haiti se tornou um importante tema na política externa brasileira, com a atuação na MINUSTAH constituindo uma das mais relevantes contribuições do Brasil para as operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo o maior deslocamento militar do país para o exterior desde a Segunda Guerra Mundial” (SOUZA NETO, 2012, p. 243).

Cabe destacar que a particularidade da MINUSTAH também foi ressaltada pelo fato de não se tratar de uma missão de paz clássica, mas sim de uma missão complexa em um ambiente de violência urbana generalizada, que, neste sentido, requer que a tropa seja muito bem treinada, devido ao envolvimento de civis e ao cenário urbano, principalmente em Porto Príncipe, onde a maioria dos contingentes está desdobrada. Os primeiros contingentes brasileiros precisaram readaptar a sua forma de atuação (SOUZA NETO, 2012, p. 243).

Desde o início, o Brasil enfrentou grandes desafios. No primeiro contingente de tropas, em 2004, com 1.200 militares, sua área de responsabilidade incluía toda a cidade de Porto Príncipe e algumas áreas no interior, o que era incompatível com o tamanho do efetivo (SOUZA NETO, 2012). Conforme Souza Neto (2012), em 2007 a ONU recomendou que a MINUSTAH assumisse novas responsabilidades, incluindo a fiscalização das fronteiras do Haiti e o combate ao tráfico de drogas, pessoas e armas (GARCEZ, 2007). Em sua atuação, a tropa brasileira, realizou operações militares com patrulhas a pé e motorizadas, operações de cerco e vasculhamento, patrulhas marítimas, operações aéreas de reconhecimento, atuação em postos de controle e ainda atividades de assistência humanitária diante das catástrofes naturais. Realizou, ainda, atividades cívico-sociais e projetos de engenharia de rápido impacto (PINHEIRO, 2009).

O papel do Brasil no Haiti não se limitou ao envio de forças militares. Segundo Nasser (2012), o país destinou recursos para a reconstrução do Haiti e ajudou na realização de eleições presidenciais e outras tarefas adicionais, evidenciando a preocupação brasileira na reorganização das instituições democráticas haitianas. Isso destaca a importância de um preparo adequado que possa abranger e aprimorar as técnicas de atuação e manter o nivelamento da tropa nas atividades de manutenção



da paz. Além disso, a capacitação reforça o compromisso da tropa de INFAER em manter o efetivo preparado e com o nível de atuação elevado de acordo com a realidade do local.

Em dezembro de 2009, o *Force Commander* da MINUSTAH definiu a situação de segurança no Haiti como estabilizada. Uma reconfiguração da missão foi possível após um intenso trabalho de pacificação, principalmente em Porto Príncipe (SOUZA NETO, 2012).

O Brasil, ao buscar consolidar sua diplomacia, tem procurado, assiduamente, atingir o protagonismo internacional. O apoio na MINUSTAH tornou-se mais visível e notável e “o Brasil começou a explorar melhor essa ferramenta de política externa e de defesa”, particularmente se considerado o período de 2000 a 2015 (HAMANN, 2016, p. 107). Vargas (2011) afirma que a participação do Brasil em missões da ONU está relacionada à continuidade e mesmo à expansão de sua influência em lugares prioritários para a política externa, como países latino-americanos e países lusófonos. Junte-se a isso a busca por prestígio e status no sistema internacional, que confere maior visibilidade e mais apoio a suas demandas.

2.2 O aperfeiçoamento operacional nas missões de paz

As Forças Armadas (FFAA) devem constituir, pela sua solidez e lealdade, uma força de dissuasão permanente. A dissuasão é a estratégia primária da política de defesa brasileira (ALMEIDA; ACIOLY, 2014). Pela característica pacífica do Brasil, as OMP aproximam-se de um “Estado de Guerra” para treinar técnicas, aperfeiçoar conhecimentos e, por meio da projeção de poder em operação, demonstrar poder dissuasório garantindo soberania. Essa estratégia é justificada, pois, segundo Vieira (1980, p. 19) “a defesa é uma questão essencialmente civil visto que ela consiste em tudo que a nação pode fazer em tempo de paz sem se empenhar na guerra”. Para tal, há uma recomendação no Manual do Batalhão de Infantaria das Nações Unidas (UNIBAM), sigla em inglês *United Nations Infantry Battalion* (UNITED NATIONS, 2012) pois define as competências necessárias para o cumprimento da missão. Por meio desse documento, o intuito é estabelecer orientações institucionais aos profissionais vinculados ao treinamento e preparo de tropa e sobre as competências mínimas que os militares devem desenvolver.

Devido à nova realidade e o contexto da MINUSTAH, um conjunto de novas técnicas, táticas e procedimentos foi incorporado pelas FFAA nos níveis tático, operacional e estratégico (HAMANN, 2016). A evolução do uso da força em missões de paz da ONU trouxe impactos em sua doutrina, no preparo de tropa e na constituição dos meios para o cumprimento dos mandatos (JACOB, 2019).

Na Estratégia Nacional de Defesa, há promoção do incremento do adestramento e da participação das FFAA em Operações Internacionais em apoio à política exterior, com ênfase nas OMP e ações humanitárias, integrando Forças da ONU ou de organismos multilaterais da região (BRASIL, 2012). Para Jacob (2019), a participação brasileira de sucesso no Haiti trouxe impactos, inclusive para as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que ocorreram no Rio de Janeiro. Isso trouxe à tona a necessidade de alterações da Lei Complementar 97/99 que trata da organização, do preparo e do emprego das Forças Armadas, alterada posteriormente.

A participação de tropa de INFAER, na MINUSTAH, consolidou a participação da FAB

em OMP com o emprego maciço de efetivo (tropa) e, desde então, houve a necessidade logística e operacional para preparar de forma regular um pelotão para compor contingente brasileiro em caso de acionamento de missão.

Além do preparo, nota-se que a seleção de militares para operações de paz é de extrema relevância, pois o ambiente hostil e fatores ligados à missão necessitam de que os militares estejam com poder de decisão assertivo. Para Morgero (2005), o resultado operacional alcançado pela Brigada no Haiti, evidenciou que a seleção de pessoal e preparo foi adequado para o cumprimento da missão.

Assim, com a participação em OMP da ONU, a FAB e as demais Forças ganham no adestramento de suas tropas durante emprego em situações reais, o que favorece o processo de aperfeiçoamento e profissionalização e aprimora a doutrina militar, devido à interoperabilidade com tropas de outros países (AGUILAR, 2015; BLANCO, 2017). A participação ativa do Brasil, com adequações para eventuais problemas no decorrer das missões, torna notório o protagonismo do país na contribuição à evolução doutrinária dessas missões (RODRIGUES; MIGON, 2017).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Por tratar-se de um estudo com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizou-se uma entrevista semiestruturada, por meio de um roteiro de entrevista. Destaca-se que esta pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Hospital de Força Aérea do Galeão, por meio da Plataforma Brasil, e aprovada em 2 de junho de 2021, por parecer consubstanciado do CEP sob o seguinte número: 4.751.214/2021.

As entrevistas foram realizadas após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no período de 25 de janeiro a 20 de fevereiro de 2022. Contou com uma amostra de 12 indivíduos que atuaram na MINUSTAH como comandante ou sargento de pelotão de Infantaria da Aeronáutica.

Para a entrevista, foi adotado o seguinte critério de inclusão: ter participado como comandante ou sargento de pelotão de Infantaria da Aeronáutica durante todo o período de participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Foram excluídos militares que, por algum motivo, não participaram como comandante ou sargento de pelotão de Infantaria da Aeronáutica durante a MINUSTAH ou foram desligados da missão.

O questionário constituiu-se de cinco partes principais: perfil profissional, preparo para a missão, avaliação em relação à preparação para atuação em operações de paz e perguntas abertas sobre lições aprendidas na missão, com informações que podem ser replicadas para utilização em ações rotineiras, lacunas de treinamento, ou seja, se houve falta de algum tipo de conhecimento que foi necessário no emprego, mas que não foi ensinado na fase de preparo e sugestões de aprimoramento desse preparo de forma geral. Para a análise e interpretação dos dados, optou-se pela utilização de tabelas e, posteriormente, a discussão dos resultados encontrados.



3.1 Perfil dos entrevistados

Os entrevistados foram militares, oficiais de Infantaria e de Serviço de Guarda e Segurança (SGS), no caso dos graduados. Essa perspectiva permitirá a visão mais ampla dos operadores das atividades, bem como dos comandantes que atuarão no processo.

Dados como ano de participação na MINUSTAH, número do contingente, posto ou graduação, idade e período foram levantados, conforme esta tabela.

Tabela 1 - Perfil profissional dos participantes da pesquisa.

	CONTINGENTE	POST/GRAD	IDADE	PERÍODO
2011	15	1T	28	AGO 2011 ABR 2012
2011	14	2S	33	FEV 2011 AGO 2011
2011	15	3S	25	AGO 2011 ABR 2012
2012	17	1T	29	NOV 2012 JUN 2013
2012	17	2S	40	NOV 2012 JUN 2013
2012	16	3S	28	ABR 2016 NOV 2016
2013	18	1T	26	MAIO 2013 DEZ 2013
2013	19	1T	36	NOV 13 A JUN 14
2013	18	3S	29	MAIO 2013 DEZ 2013
2016	25	1T	29	DEZ 2016 MAIO 2017
2016	25	3S	34	NOV 2016 MAIO 2017
2017	26	1T	28	JUN 2017 OUT 2017

Fonte: Os autores.

Entre 12 participantes, 50% são oficiais de infantaria e 50% são graduados da especialidade de SGS. Este segundo grupo foi composto por segundo e terceiro sargentos. A média de idade foi de 28 anos e a diferença de idade foi atribuída ao fato de os sargentos mais antigos possuírem mais tempo de serviço ativo, enquanto que os Comandantes de Pelotão eram oficiais no posto de 1º Tenente, logo, jovens na carreira.

A Infantaria da Aeronáutica é composta por militares do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (QOInf) e graduados ou praças da Especialidade de Guarda e Segurança, bem como integrantes de outros Quadros e Especialidades necessários ao funcionamento das Unidades de Infantaria (ICA125-5/2019, BRASIL, 2019b). Os militares inseridos em um contexto de missões de paz precisam ter conhecimento específico, vinculados às suas funções e demais conhecimentos e habilidades ligados às possíveis mudanças de cenário, aliadas ao equilíbrio emocional.

Devido ao emprego de táticas, técnicas, procedimentos e, conseqüentemente, equipamentos similares para o aperfeiçoamento da necessária presteza para o emprego, a aquisição de equipamento a capacitação de recursos humanos e a estruturação organizacional, as Ações de Força Aérea que



possuem a participação tática da INFAER possuem quatro áreas de atuação distintas, a saber: Segurança e Defesa, Defesa Aeroespacial, Operações Especiais e Busca e Salvamento.

Assim, o planejamento e a implementação de ações direcionadas à capacitação e desenvolvimento operacional desses militares para o exercício das suas funções são fundamentais para a própria Instituição, visto que esses militares estão representando seu país durante a missão.

Nesta tabela, estão identificadas as funções principais dos Oficiais e Graduados e demais funções citadas pelos entrevistados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.2 Tempo de Preparo e Funções Desempenhadas

Tabela 2 - Tempo de preparo para atuação na MINUSTAH.

TEMPO DE PREPARO	FUNÇÕES DESEMPENHADAS NA MISSÃO	OM DE TREINAMENTO
5 meses	Comandante de Pelotão de Infantaria de Fuzileiro de Força de Paz e instrutor de escolta motorizada, de segurança de autoridade e de estrutura da ONU.	BANT e 16º BIMtz CCOPBAB
8 meses	Comandante do 3º Pelotão do 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1/15).	1º Batalhão de Infantaria de Selva (1º BIS)
5 meses	Comandante de Pelotão e SCMT Cia, Cmt Pel Resposta Imediata (SAR)	CCOPAB BINFA e EB BINFA 14 (SP), 2ºBPE (SP) e 2ºBFRON (Cáceres)
6 meses	Comandante do 4º Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria (EB) do Batalhão Brasileiro no Haiti (BRABAT).	CCOPAB, 37º Batalhão de Infantaria Leve em Lins-SP e 11ª Brigada de Infantaria Leve em Campinas-SP
6 meses	Comandante de Pelotão	5º BATALHÃO DE INFANTARIA LEVE DO EB CCOPAB
6 meses	Comandante de Pelotão	Exército Brasileiro - 14º BI Mtz e CCOPAB
8 meses	Comandante de Grupo de Combate (GC)	BPEB (Brasília), 22º BI (PALMAS), CCOPAB (Cristalina)
11 meses	Comandante do 2º Grupo de Combate	Exército Brasileiro - 14º BI Mtz e CCOPAB BINFAE-RF (FAB) RECIFE - PE
6 meses	Comandante de Grupo de Combate (GC)	Base Aérea de Natal-BANT e 16 Btl Inf Mtz
5 meses	Comandante de Grupo de Combate	CCOPAB 14º Batalhão de Infantaria Motorizado Regimento Guararapes
5 meses	Comandante de Grupo de Combate	8º Batalhão de Polícia do Exército - SP/ 2º Batalhão de Fronteira – Cáceres, MT/ Cuiabá - MT 8º Batalhão de Polícia do Exército - SP/ 2º Batalhão de Fronteira – Cáceres, MT/ Cuiabá - MT
9 meses	Comandante de Grupo de Combate	CCOPAB 1º Batalhão de Infantaria de Selva (1ºBIS)

Fonte: Os autores.



Como funções principais foram obtidos dois grandes grupos: dos Oficiais, 50%, que participaram na função principal de Comandante do Pelotão; o segundo grupo, dos graduados, 50%, que atuaram na função principal de Comandante de grupo de combate.

Em 2011, a FAB inaugurou sua participação em OMP da ONU, com emprego de tropa de INFAER, integrando o 14º contingente brasileiro, composto inicialmente por militares do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB). O primeiro PINFA foi sucedido por outros nove pelotões até o fim da operação, em 2017 (26º contingente), tendo havido um hiato na participação do 22º, 23º e 24º contingente. Percebe-se, após análise das tabelas, que o tempo de preparo de cada pelotão foi diferente para cada contingente, o que poderia interferir no emprego.

Para Gonçalves (2018), os militares da FAB tiveram a oportunidade de realizar operações conjuntas, em que houve interoperabilidade dos militares sob uma única doutrina de emprego e com regras de engajamento rigidamente definidas. Nesse sentido, o manual de infantaria das Nações Unidas destaca que a interoperabilidade consiste na capacidade de todos os elementos trabalharem juntos, de maneira integrada, na execução de tarefas atribuídas.

Para Hamann (2016), desde os anos 2000, evidenciam-se as motivações para o país participar de missões internacionais, com necessidades operacionais sob o ponto de vista tático. Para isso, investiu-se ainda mais na preparação, pois o bom planejamento é responsável pelo sucesso das operações militares. A ONU deve estabelecer o próprio padrão projetado para melhorar a interoperabilidade, o que facilita as operações combinadas na Força (UNITED NATIONS, 2020).

O comandante de PINFA coordena e lidera os militares do pelotão durante toda a missão. Destaca-se que seu conhecimento tático e técnico é de grande importância, aliado à sua capacidade de gerenciar situações. Para Gonçalves (2018), essa parte tática é a peça fundamental para a atuação dos Comandantes de Grupo de Combate. São esses pequenos grupos que, basicamente, realizam a atividade policial para mostrarem a presença do componente militar, inibindo, assim, a atuação das forças adversas. Conforme a tabela 2, a metade dos entrevistados participou dessa função, o que destaca a importância da capacitação desses militares durante o preparo.

A liderança, a iniciativa e a sagacidade do graduado SGS são de grande relevância, uma vez que, no momento das ocorrências nos patrulhamentos, é ele quem toma as decisões na cena do teatro de operações que se apresenta, caso essas atribuições não estejam devidamente especificadas em suas ordens (GONÇALVES, 2018). A recomendação do UNIBAM é de que os líderes em todos os níveis devem manter uma atitude ofensiva e proativa para apoiar o cumprimento do mandato e para garantir a proteção da força e o POC. Muitas vezes isso vai implicar estar preparado para executar tarefas operacionais potencialmente ofensivas de alto ritmo, como a apreensão, segurando e dominando as principais características do terreno e centros populacionais, inclusive à noite (UNITED NATIONS, 2020).

O comandante do PINFA deve estimular essa liberdade de ação, mantendo um comando centralizado, mas com uma execução descentralizada. Uma relação entre comandantes e comandados deve ser de confiança mútua, estimulada desde o início dos treinamentos das operações de paz e de permanência por toda a missão, garantindo sempre um canal aberto de comunicação, com o devido respeito à hierarquia e disciplina (GONÇALVES, 2018). Tendo em vista que o país tornou-se relevante das missões de paz, cabe às Forças Armadas

implementarem os ajustes em termos de doutrina e adestramento. Considera-se, porém, um trabalho amplo, pois, além das questões táticas do treinamento, as operações de paz envolvem características que exigem componentes adicionais. Entre estes, pode-se citar o domínio de outro idioma e a adequação à restrição do uso dos armamentos, considerando o uso em situações de ameaça, diante da necessidade de garantir-se a consecução dos objetivos constantes na missão (SILVA, 2005; BRAGA, 2009).

A tabela 3 apresenta os dados referentes ao tempo de preparo para a missão. Entre esses dados, identifica-se que 33,4% prepararam-se por 5 meses, 33,4% por 6 meses, 16,6% por 8 meses, 8,33% por 9 meses e 8,33% por 11 meses. A diferença entre o tempo de preparo dos pelotões pode, no entanto, gerar lacunas de conhecimentos necessários para serem utilizados. Considerado o treinamento como ação primordial no preparo, a variação do tempo dedicado para essa atividade pode despadronizar o preparo desses militares. Para Campos et al. (2004), as instituições têm utilizado mais treinamento como estratégia de recursos humanos para que se evite essa situação.

Essas experiências auxiliam o processo de gestão durante a missão. O treinamento durante o preparo torna-se imprescindível, além da implementação de temas técnicos e operacionais que atendam todos os fatores envolvidos nesse tipo de missão. Ressalta-se que as Forças de Paz da ONU enfrentam desafios cada vez mais difíceis, incluídos os ataques aos capacetes azuis, motivo por que o Secretário-Geral da ONU firmou compromisso em aprimorar treinamento, equipamento e desempenho (LACROIX, 2018).

As OM do Exército Brasileiro que foram responsáveis pelo preparo desses militares, além de serem diferentes por sua natureza de arma, quadro, especialidade, têm suas especificidades regionais e são distintas das OM de origem, que são da FAB, e essas particularidades somadas implicaram um preparo particular e diferente para cada contingente. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que consta na fala de todos os entrevistados, é uma referência internacional na preparação para missões de paz e desminagem humanitária, pois extrapola sua missão meramente tática e é instrumento de difusão desse conhecimento.

4.3 Avaliação do preparo para missão

Para avaliação do preparo a missões dessa natureza, foi proposta uma avaliação por meio da escala Likert. Uma escala que requer dos entrevistados indicação de seu grau de concordância com o que está sendo mensurado, podendo ser útil para melhor identificar as áreas a serem aprimoradas. Para Fialho, Dias e Rego (2015), essa escala, elaborada em 1932 por Rensis Likert, requer dos entrevistados indicação de seu grau de concordância ou discordância, bem como declarações relativas à atitude que está sendo medida. Além da sua utilização na descoberta de níveis de opinião, a escala Likert pode ser facilmente utilizada na identificação das áreas a melhorar.

Elaboraram-se os seguintes tópicos de preparo para missão de paz: preparo para uso da Força; legislação militar; direitos humanitários; legislação das operações de paz e primeiros socorros. Esses cinco (5) tópicos foram pensados por serem estruturas principais durante o preparo de tropa para esse tipo de missão conforme Manual do Batalhão de Infantaria das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2012).



Em seguida, foi oferecida a seguinte opção de resposta à escala Likert: muito adequado, adequado e insuficiente. Isso permite que seja possível saber as diferentes percepções sobre o preparo de tropa de infantaria com vistas ao emprego em operações de paz, com base na percepção dos militares na MINUSTAH.

Tabela 3 - Frequência absoluta e relativa das respostas obtidas no Questionário de Avaliação dos temas durante o preparo para missão.

VARIÁVEIS	INSUFICIENTE	ADEQUADO	MUITO DEQUADO
Preparo para uso da Força	0 (0%)	9 (75%)	3 (25%)
Legislação militar	1 (8,3%)	7 (58,4%)	4 (33,3%)
Legislação da Operações de Paz	2 (16,7%)	7 (58,3%)	3 (25%)
Direitos Humanitários	2 (16,7%)	6 (50%)	4 (33,3%)
Primeiros socorros	7 (58,4%)	4 (33,3%)	1 (8,3%)

Fonte: Os autores.

Para Gonçalves e Mourão (2011), as ações de capacitação precisam ser avaliadas para conhecimento dos resultados do curso e se os objetivos propostos foram alcançados. Essa fase da pesquisa foi caracterizada por diferentes avaliações a cada tópico.

O preparo para uso da Força foi avaliado, em sua maioria, como adequado 75%, seguido de muito adequado com 25%. Segundo o manual da UNIBAM (2012), o uso da força deve sempre se basear nos princípios da necessidade, proporcionalidade / nível mínimo de força, legalidade e responsabilidade. As ações de militares e policiais da ONU devem ter o objetivo de proteção e preservação da vida humana, propriedade, liberdade e dignidade. O uso da força é o último recurso, quando todos os outros meios de solução pacífica falharam.

Diante do exposto, nota-se a importância do preparo, pois, para esse tipo de ação, é necessário que os militares estejam preparados, sob o ponto de vista técnico e legal, para atuarem sem excesso.

Sobre os itens referentes à legislação militar e legislação sobre operações de paz, os resultados demonstram que 58,4% avaliaram o item sobre legislação militar como adequado, 33,3% como muito adequado e 8,3% como insuficiente. 58,3% consideraram legislação da operações de paz adequado, 25% responderam muito adequado e 16,7%, insuficiente. A base para atuação em missão em uma diferente cultura requer que temas como legislação militar sejam devidamente trabalhados, pois esses tópicos irão envolver, diretamente, todas as ações durante a missão. Para Azevedo e Aguiar (2021), essas operações ocorrem em locais com conflitos que, por muitas vezes, origens em tensões étnicas, religiosas, movimentos sociais, econômicas e ideologias políticas reforçam-se e agravam-se, chegando ao ponto de comprometerem a segurança da população da área envolvida.

O mesmo aplica-se ao item Direito Humanitário, pois o pilar da missão envolve essa temática. Entre os entrevistados, 50% avaliaram como adequado, 33,3%, muito adequado e



16,7%, insuficiente. Nos complexos ambientes operacionais, a Proteção de Civis (POC) e a segurança e proteção do pessoal e instalações da ONU são tarefas prioritárias. Os governos têm a responsabilidade primária de protegerem os civis dentro de suas fronteiras, de acordo com suas obrigações sobre os direitos humanos internacionais e o direito humanitário (UNITED NATIONS [UNIBAM], 2022).

Para Amaral e Freitas (2021), uma pesquisa realizada no Exército Brasileiro, refere que a situação de violência da MINUSTAH e aspectos ligados à área judicial, criminal e de direitos humanos, com os limites necessários ao uso da força, trouxeram ensinamentos importantíssimos e implicações que aperfeiçoaram a forma de emprego. Logo, demonstra-se que tal experiência é de vital importância para os futuros preparos em operações dessa natureza.

Tão importante quanto os demais tópicos abordados nessa fase da entrevista é o tema primeiros socorros. Neste item, atribuiu-se a maior avaliação ao insuficiente, 58,4%, seguida de adequado, 33,3%, e muito adequado, 8,3%. Para Ribeiro (2021), a qualidade do atendimento pré-hospitalar (APH) pode influenciar diretamente as taxas de morbidade e mortalidade por trauma; a assistência qualificada, a cena do trauma, bem como o atendimento do local até a chegada precoce ao hospital, visto que são fundamentais ao aumento das chances de vida da vítima.

Acredita-se que esse dado suscite uma reflexão acerca do preparo em APH para a missão, posto que o ambiente hostil a que os militares de infantaria podem estar expostos, durante as atividades da missão, torna-se crucial a um treinamento intenso que contemple o APH. Inclusive, pode ser condição definitiva para salvar a vida do militar.

4.4 Lições aprendidas

Durante a entrevista foram abordadas, por meio de perguntas abertas, as lições aprendidas com a experiência da participação na MINUSTAH. As respostas foram agrupadas e foram identificados sete (7) tópicos principais, conforme a seguinte tabela:

Quadro 1 - Lições aprendidas a partir da MINUSTAH.

LIÇÕES APRENDIDAS
1. Importância do preparo psicológico para lidar com a missão.
2. Relevância no investimento dos recursos humanos empregados e modificação de doutrinas referentes ao emprego da tropa de Infantaria com base na experiência.
3. Correlação do conhecimento adquirido na teoria e na prática, proporcionado pelas atividades em ambiente hostil.
4. Ganho tático elevado na segurança orgânica das unidades que receberam os militares após a missão e para o cumprimento de missões de rotina de escolta, operações de controle de distúrbio e segurança de autoridades.
5. Troca de experiências devido à interoperabilidade com a Marinha e Exército Brasileiros, Forças Armadas e Forças Auxiliares de outros países.
6. Compreender a gestão de crises e tomada de decisão, bem como a gestão de pessoas.
7. A importância da liderança em situações de conflito.

Fonte: Os autores.



O primeiro tópico identificado destaca a importância do preparo psicológico para lidar com a missão diante de um cenário tão peculiar e possivelmente nunca vivenciado pela maioria dos militares. Conforme Silveira (2019), a análise dos impactos dos indutores de desconforto pode gerar alternativas à promoção da manutenção dos níveis de bem-estar desta população tão específica, uma vez que a operação militar de paz apresenta estressores diferentes de uma operação de combate convencional, destacando-se a existência de regras específicas para uma força militar de paz.

Então, ao pensar-se no preparo da tropa de INFAER, é necessário considerar um trabalho multidisciplinar que prepare nos demais aspectos os militares para missão. Outras Forças, como a Marinha do Brasil, citam que a avaliação sociopsicológica do militar, a realização de ações de apoio familiar, como orientações à família do militar, e a comunicação durante a missão são fatores importantes (BRASIL, 2009). Para Silveira (2019), será fundamental, na fase de preparo, ter especial atenção a esta variável porque ela assegura a manutenção do bem-estar do militar no decurso da missão.

O segundo tópico refere-se à relevância no investimento dos recursos humanos empregado e à modificação de doutrinas referentes ao emprego da tropa de Infantaria a partir da experiência. Esse item coaduna-se com a proposta da Norma Operacional do Sistema de Segurança e Defesa – Procedimento – 225 (NOSDE/PRO 225), que trata do Preparo de Tropa de Infantaria da Aeronáutica para Missões de Paz da ONU, cujo objetivo é definir procedimentos para o treinamento da Tropa de Infantaria da Aeronáutica, com vistas ao emprego em operações sob a égide da ONU. Os ganhos para o aperfeiçoamento da infantaria são destacados; segundo o UNIBAM (2020), o componente militar da Missão pode fornecer suporte à estratégia geral de Security sector reform (SSR), à reforma do Setor de Segurança, que no contexto militar incluirá mais comumente o treinamento do governo ou das Forças de Segurança Locais, fornecer experiência no assunto no âmbito de um programa abrangente de Reforma do Setor de Defesa (DSR) e contribuir para a paz, a segurança, a boa governança e o desenvolvimento sustentáveis.

A correlação do conhecimento adquirido na teoria e na prática, proporcionado pelas atividades em ambiente hostil foi o terceiro item encontrado. Essa experiência permite evoluir técnicas e táticas para um emprego mais profissional nas mais diversas missões em função de situações que possivelmente não seriam vivenciadas no Brasil devido a sua condição pacífica. A seguinte afirmação ilustra a situação:

A Infantaria da FAB evoluiu, pois, a realização de missões dessa magnitude cria uma experiência que dificilmente no dia a dia no Brasil se faz possível adquirir, evoluindo em técnicas e táticas para um emprego mais profissional nas mais diversas missões (Entrevistado 6).

Correlacionado a esse tema, o quinto item trata do ganho tático elevado na segurança orgânica das unidades que receberam os militares após a missão e nas missões de rotina de escolta, operações de controle de distúrbio e segurança de autoridades. Para Abdenur et al. (2017), no que diz respeito ao plano operacional, o principal diferencial da atuação do Brasil, está no patrulhamento intensivo e na pacificação de áreas urbanas de alta complexidade, no



enfrentamento direto a grupos armados ilegais e na articulação com comunidades locais. Demonstra-se que essa percepção do ganho tático foi identificada na fala dos entrevistados.

Destaco as lições de liderança em situações de conflito vividas e o nível de conhecimento operacional das diversas áreas de emprego a serem disseminados no retorno da missão, principalmente segmentados nos sargentos, cabos e soldados. Reforço ainda o ganho tático elevado de segurança orgânica da unidade de retorno e nas missões de rotina de escolta, operações de controle de distúrbio e segurança de autoridades. De fato, os conhecimentos obtidos na missão foram de valor inestimado para a atividade fim da força aérea (Entrevistado 5).

A interoperabilidade com a Marinha e o Exército brasileiros, ou melhor, com as Forças Armadas em geral e com as Forças Auxiliares de outros países foi identificada como quinto tópico de lições aprendidas. A troca de experiências, devido ao fato de a missão ter diversos países e forças na sua composição, permite que os militares troquem saberes e experiências adquiridas em sua formação.

A interoperabilidade é um conceito chave para a atuação militar, podendo se desenvolver em operações conjuntas, interagências e combinadas (PEREIRA; LOURENÇÃO; RUDZIT, 2021). O desenvolvimento de atividades voltadas à interoperabilidade no preparo de tropa possibilita que esses conhecimentos adquiridos por meio de experiências anteriores possam contribuir no desenvolvimento de manuais doutrinários de operações conjuntas, como é a proposta deste trabalho.

Esta afirmação caracteriza e correlaciona os tópicos citados.

As técnicas, táticas e procedimentos executados, são úteis em diversas situações, especialmente em operações de GLO, integração e troca de experiências com outras forças e Nações Amigas. A importância de, especialmente, os Oficiais possuírem conhecimentos, aptidões e qualidades específicas para este tipo de missão, como conhecimentos de outros idiomas, controle emocional e liderança, especialmente em casos de conflitos pessoais (Entrevistado 7).

O sexto tópico destacado refere-se à importância da tomada de decisão e gestão de crises e pessoas. Nas falas surgiram o envolvimento do comandante de pelotão em acompanhar e gerenciar problemas dos militares e identificar fragilidades na tropa. Esse tópico está fortemente ligado ao último tópico, que se refere à importância da liderança em situações de conflito. Em ambos os níveis - comandante de pelotão ou comandante de grupo de combate -, é preciso que a liderança seja implementada, fato esse que contribui também com o ambiente e estado da tropa. Conforme o manual do UNIBAM (2020), o Comandante do Batalhão deve exercer com eficácia o comando e controle de todos os elementos subordinados e, por meio de tomada de decisão sólida e oportuna, deve manter os membros da unidade informados sobre os desenvolvimentos situacionais, garantindo, assim, o bem-estar de todos os membros da unidade.

A presença pessoal e o exemplo durante a preparação e condução de operações auxiliam no planejamento e serão baseados em uma análise abrangente do ambiente operacional UNIBAM (2020). Logo, questões de gestão de pessoas e tomadas de decisão são fatores não técnicos que precisam ser pensados na seleção e no preparo da tropa para um melhor cumprimento da missão.



4.5 Sugestões de aprimoramento

Para compreender que lacunas os militares identificaram durante o preparo nas suas experiências, elaborou-se um quadro com as lacunas identificadas e sugestões de aprimoramento sobre os temas descritos, conforme a seguir.

Quadro 2 - Lacunas e sugestões de aprimoramento do preparo de tropa.

TEMA	LACUNAS E SUGESTÕES
Preparo para uso da Força	Intensificar o treinamento sobre o patrulhamento e uso de fogo.
Legislação Militar	Legislações adequada para a situação da época. Instruções sobre legislação, que regem o pagamento dos militares em missão de paz.
Direitos Humanitários	Ser ministrada por instrutor com o Curso Básico de Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos durante o preparo.
Primeiros socorros	Aumento de carga horária, Atendimento Pré-Hospitalar Tático, Noções de CaseVac e simulações de atendimento a feridos
Outros	Idioma e educação financeira

Fonte: Os autores.

Os referido tópicos foram tratados durante o questionário e, no deslinde deste, surgiram 4 temas principais - preparo para uso da Força, legislação militar, direitos humanitários, primeiros socorros e outros temas gerais.

Conforme descrito, as sugestões reforçam a relevância da participação de instrutor no Curso Básico de Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos para que ele ministre esse tema na fase de preparo. Esse curso está previsto na ICA 37-394/2016 (BRASIL, 2016d) e visa proporcionar os conhecimentos necessários à capacitação dos militares no que tange à atuação direta em situações que exijam o conhecimento do Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos, de forma consciente e responsável. Deve, portanto, enfatizar os aspectos essenciais para a formação da conscientização, do compromisso, do respeito e da valorização dos Direitos Humanos, seja na guerra ou na paz.

Outro fator foi a sugestão acerca do tema primeiros socorros. Atualmente, a temática de APH tem sido amplamente discutida em seu nível tático. O Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT), consiste no atendimento à vítima, em um ambiente tático, e que envolve atividades militares, com o emprego de um conjunto de manobras e procedimentos emergenciais. Essas ações são baseadas em conhecimentos técnicos de suporte de vida básicos e avançados, para serem aplicados nas vítimas ou em si mesmos, por indivíduos previamente treinados, com o objetivo de salvaguardar a vida humana e prover a estabilização para a evacuação até o suporte médico adequado (PASETTO, 2019).

No Brasil, o APHT está regulamentado pela portaria normativa nº 16/MD, de 12 de abril de 2018. O objetivo do APHT é a manter a vida do ser humano e define onde poderá ser operacionalmente empregada, seja por operação real ou de adestramento, ações militares de vigilância de fronteira, ações militares de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ações relacionadas às atribuições

subsidiárias das Forças Armadas, missões de paz e instrução (BRASIL, 2018c). Logo, entende-se que esse conhecimento seja de grande importância para pensar-se o preparo de tropa de infantaria, podendo ser fator decisivo em situações de risco de morte.

Os tópicos que, citados por alguns entrevistados, pudessem abordar conteúdos diferentes dos demais, foram inseridos em outros temas gerais. Duas sugestões foram feitas: inserir instruções sobre idioma e inserir instruções sobre educação financeira.

O idioma foi identificado como uma barreira, pois pouquíssimos batalhões militares continham efetivos fluentes em francês ou creole (dialeto falado no Haiti) ou mesmo em inglês, o que dificultava a comunicação que, por vezes, foi considerada variável de risco em situações reais operativas durante a operação no Haiti (CARREIRA NETO; MORAES, 2017). Há de ser ressaltado que todas as patrulhas eram realizadas e acompanhadas por nativos que eram fluentes em português e que faziam as interlocuções em creole com os habitantes locais.

Para Carreira Neto e Moraes (2017), a maioria dos oficiais que ocupavam cargos de chefia era bilíngue. Para os contingentes militares, exigia-se somente que os oficiais de maior hierarquia fosse fluente no idioma oficial (inglês), o que, na prática, era raro para os contingentes. Segundo o UNIBAM (2020), o treinamento deve assegurar que as forças, uma vez desdobradas, sejam interoperáveis com outras forças e entidades da ONU. Por exemplo, o treinamento para interoperabilidade deve incluir o treinamento em idiomas e o uso de intérpretes.

Para um treinamento adequado, seria interessante a abordagem a respeito do idioma local ou do idioma da operação, o que permitiria melhor troca de informações e melhorias no trabalho conjunto com instituições de outros países.

Uma última questão foi levantada: “se eles consideravam relevante que militares participantes de operações de paz atuem como instrutores”. Todos os entrevistados afirmaram que sim, conforme estas afirmações.

Muito importante que ex-integrantes de missões de paz possam colaborar na formação e preparação de novas tropas. As experiências vividas, situações reais e como conduzir uma situação adversa. Algumas situações se resolvem no momento e somente quem passou por diversas situações, podem relatar e colaborar para que os futuros integrantes de missões de paz desenvolvam melhor o seu trabalho (Entrevistado 1).

Ante a relevância da participação em missão real ou atuação como instrutor em capacitação da área, foi possível mapear seis (6) contingentes da INFAER, em que os entrevistados foram comandantes de pelotões e comandantes de grupo de combate.

Os profissionais ressaltam as lições de trabalho resultantes da experiência vivida e que podem contribuir para o preparo de novos contingentes para atuação em novas missões.

Compreende-se que a busca pela qualidade da capacitação deve, mediante procedimentos de avaliação, encontrar as lacunas e discutir soluções para o aprimoramento contínuo dos militares que atuam nesse tipo de missão. Isso coaduna com a visão de Lousada e Martins (2005) sobre os alunos, nesse caso, sobre os militares que participaram do preparo poderem contribuir para o desenvolvimento institucional, por serem conhecedores do contexto interno, tornando-se, assim, uma fonte de informações estratégicas para a instituição.



Coadunando com o previsto na ICA 125-5/2019 (BRASIL, 2019a), a respeito das diversas áreas de atuação da INFAER, além das operações relativas à missão constitucional de defesa da pátria, devido à sua organização, equipamento e treinamento, a Infantaria deve possuir a capacidade de ser empregada na missão constitucional de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e em operações de paz, sob a égide de organismos internacionais de que o Brasil seja signatário.

CONCLUSÕES

O levantamento proposto neste artigo serviu para avaliar e gerar reflexões acerca do preparo de tropa de INFAER para atuação em operações de paz sob a égide da ONU. Este artigo teve como estratégia analisar o preparo de tropa com vistas ao emprego em operações de paz, com base na percepção dos militares Comandantes de Pelotões de Infantaria da Aeronáutica (PINFA) e graduados que participaram da MINUSTAH. Com essas informações, foi possível verificar lacunas, desafios e necessidades para esse tipo de missão.

Este estudo envolve a abordagem de aspectos específicos sobre o preparo da tropa de Infantaria da Aeronáutica para atuação em operações de paz da ONU. Após análise dos dados encontrados, chega-se à conclusão de que o artigo em tela é um ponto de partida relevante para o diagnóstico da necessidade do preparo padronizado de tropa de Infantaria para emprego em operações de paz. Os dados demonstraram que o tempo de preparo para a missão apresentou uma variabilidade de 5 a 11 meses. A maioria dos itens avaliados, sendo o Preparo para uso da Força, Legislação militar e legislação sobre operações de paz, direito humanitário e primeiros socorros foram avaliados como adequados, demonstrando uma boa qualidade no preparo dos militares para realização dessa distinta missão.

Sobre as lições aprendidas surgiram sete (7) tópicos principais que envolveram conhecimentos técnicos, apoio psicológico e tomadas de decisão. Como sugestões de aprimoramento foram destacados cinco (5) tópicos, que podem auxiliar no desenvolvimento de protocolos e ações que aprimorem a qualidade do preparo de tropa de Infantaria da FAB para efetivo emprego em missões dessa natureza. Conforme já abordado nas documentações, a ONU requer determinados requisitos, previstos no UNIBAM.

Encoraja-se que tal estratégia possa ser utilizada para propor melhorias, traçar estratégias e elaborar protocolos que visem à padronização do preparo de tropa, que atendam as necessidades da Força no tocante à formação do elemento que irá compor contingentes em novas missões de paz.

A Infantaria da Aeronáutica, conforme legislação interna, deve estar preparada para ser empregada em missões sob a égide de organismos internacionais. Como efeito, a atuação da tropa de INFAER em missões dessa natureza requer desenvolvimento de competências que vão além da técnica propriamente dita, uma vez que envolve tomadas de decisão, conhecimento sobre direitos humanos e internacionais, efetiva comunicação, liderança e trabalho em equipe.

Isso posto, é perceptível que, para desempenhar efetivamente esse tipo de função em cenários operativos, o militar de Infantaria necessita de modelos robustos de capacitação, o que envolve a necessidade de revisão regular e sistematizada dos conteúdos ministrados em

função dos avanços nas normas, no campo científico e nas experiências exitosas que a FAB tem tido nesse tipo de missão.

Ademais, registra-se que os resultados alcançados por meio deste estudo têm potencial para contribuir com a promoção desta discussão no âmbito não só da Força Aérea Brasileira, mas também das demais Forças Armadas.

Informações sobre os autores:

Gustavo Moura de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0001-9540-1664>

<http://lattes.cnpq.br/6731817716359279>

gustavomoura_gmo@fab.mil.br

Major de Infantaria da Força Aérea Brasileira. É Doutorando e Mestre em Ciências Aeroespaciais na Universidade da Força Aérea (UNIFA). Concluiu o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria pela Academia da Força Aérea - AFA (2008). Possui os Títulos de Bacharel em Ciências Militares, com Habilitação em Infantaria da Aeronáutica e em Administração, com ênfase em Administração Pública, ambos pela AFA (2008). É Pós-Graduado em Direito Internacional pela Universidade Estácio de Sá (2019) e em Direito Militar pela Faculdade Futura (2019). Possui ainda Pós-Graduações em Direito Administrativo, em Direito Aeronáutico e em Direitos Humanos e Questões Étnico-Sociais pelo Instituto Brasileiro de Formação, realizadas em 2020. Possui Cursos de Extensão em Gestão de Projetos pela Universidade Leonardo da Vinci - UNIASSSELVI (2018), Extensão em Gestão de Processos pelo Grupo Educacional Unis (2019) e Especialização “*lato sensu*” MBA em Gestão Pública com ênfase em Projetos e Processos pela UNIFA (2019). Possui ainda o Curso Básico de Direito Internacional dos Conflitos Armados e dos Direitos Humanos (CBDICADH) pela UNIFA (2018). Tem experiência nas áreas de Segurança e Defesa de Instalações do Comando da Aeronáutica, Operações de Paz e Formação Militar. Participou do 20º Contingente Brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como Comandante do 4º Pelotão da 4ª Companhia de Fuzileiros de Força de Paz (2014) e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016 como Comandante do 3º Pelotão da 2ª Companhia de Infantaria do 1º Batalhão de Infantaria da Garantia da Lei e da Ordem. Foi Instrutor do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR), situados no Rio de Janeiro - RJ. Atuou como Instrutor do Pilar Educação e Focal Point de Gender na Missão de Treinamento da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM-RCA) em Bangui, capital do país. Atualmente trabalha como Comandante do Grupo de Segurança e Defesa de Barbacena (GSD-BQ), sediado na Escola Preparatória de Cadetes do Ar em Barbacena-MG.

Newton Hirata

<https://orcid.org/0000-0002-0027-1885>

<http://lattes.cnpq.br/8832525346551230>

newtonhirata@gmail.com

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Professor



Associado no Curso de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea (AFA). Docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciências Aeroespaciais da Universidade da Força Aérea (PPGCA-UNIFA). Editor da Revista Defesa e Segurança (RDS) da AFA. Tem experiência na área de Administração e Ciência Política, com ênfase em Ciência, Tecnologia e Inovação, atuando principalmente nos seguintes temas: relações internacionais, gestão pública, políticas e sistemas nacionais de inovação, tecnologia, inovação, segurança e defesa. É membro do Comitê Consultivo da Associação Helena Piccardi de Andrade Silva (Ahpas), entidade sem fins lucrativos que atua no transporte de crianças e adolescentes carentes em tratamento de câncer.

Débora Fernanda Haberland

<https://orcid.org/0000-0001-5448-6278>

<http://lattes.cnpq.br/1235743776247750>

deborahaber@hotmail.com

Enfermeira, pós doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutora em Psicologia da Saúde pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2020). Atua como enfermeira no quadro de Oficiais da Força Aérea Brasileira - FAB na área de Ensino, Saúde Operacional e Medicina Aeroespacial como instrutora de medicina aeroespacial e de cursos na saúde operacional, foi chefe da seção de Pesquisa do instituto. Participa Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Saúde em Emergências e Desastres da EEAN/UFRJ (CNPQ). Possui experiência em assistência, instrução e docência em enfermagem de nível superior e técnico, sendo especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade da Grande Dourados UNIGRAN e Metodologia e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Anhanguera. É especialista em Enfermagem Aeroespacial com atuação em treinamento de pilotos, aeronavegantes e equipes de saúde na área. Atuou como docente e possui produções na área de saúde da mulher, aleitamento materno e saúde da criança, pois possui pós graduação Cuidado Pré Natal pela Universidade Federal de São Paulo ? UNIFESP e em Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia, além de pesquisas na área. Possui ainda especialização MBA Gestão em Saúde e Controle de Infecção pelo Instituto Nacional Ensino e Pesquisa INESP e possui experiência em gerenciamento de enfermagem. Graduiu-se em Enfermagem pela Universidade Católica Dom Bosco no ano de 2007.

Contribuições dos autores:

O autor Msc Gustavo Moura de Oliveira foi responsável pela coordenação do planejamento e na execução da atividade de pesquisa, coleta e tratamento dos dados. Realizou a escrita e revisão do texto para publicação do artigo (Writing – review & editing). O autor Dr Newton Hirata, foi orientador da pesquisa, auxiliou na preparação do trabalho publicado, revisão de conteúdo (Writing) e organização da pesquisa. Já a autora Dra Débora Fernanda Haberland, desenvolveu parte da metodologia e na escrita (visualização) e na análise dos resultados do artigo.

Como citar este artigo:

ABNT

OLIVEIRA, Gustavo Moura de; HIRATA, Newton; HABERLAND, Débora Fernanda. O preparo de tropa de Infantaria da Aeronáutica para Operações de Paz: percepção de militares que atuaram na missão das nações unidas para a estabilização no haiti. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 1-25, 2023.

APA

Oliveira, G. M., Hirata, N., & Haberland, D. F. (2023). O preparo de tropa de Infantaria da Aeronáutica para Operações de Paz: percepção de militares que atuaram na missão das nações unidas para a estabilização no haiti. **Revista da UNIFA**, 36, 1-25.

REFERÊNCIAS

BABDENUR, A. E.; KUELE, G.; FOLLY, M.; MACEDO, G. O Brasil e a MINUSTAH: lições a partir da literatura acadêmica. In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (Orgs). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** Coletânea de artigos, percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB.p. 101-112. (Edição Especial). Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

ALMEIDA, P.; ACIOLY, L. **Estratégia de defesa nacional:** desafios para o Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

AGUILAR, S. L. C. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana: journal for brazilian studies**, v. 3, n. 2, p. 113-141, 2015.

AMARAL, A. F. H. T. do; FREITAS, C. A. M. de. **O preparo dos militares do exército para emprego em missões de paz em conjunto com a organização das Nações Unidas.** Brasília: Biblioteca Digital do Centro de Doutrina do Exército, 2021. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9561/1/TC%20TERRA%202021%203T%20Artigo.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

AMORIM, C. **A grande estratégia do Brasil:** discursos, artigos e entrevista da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014). Brasília; São Paulo: FUNAG; Editora da UNESP, 2016.



AZEVEDO, F. R. de; AGUIAR, J. H. S. **O preparo de oficiais do exército brasileiro para ocupar funções de analistas de inteligência em operação de manutenção da paz da organização das Nações Unidas.** 2021.

Artigo (Trabalho de conclusão de curso) - UNIASSELVI, [S.l.], 2021.

Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9535/1/CGAEM_2021_2_tcfabioribeiro.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BLANCO, R. The Brazilian Engagement with Peace Operations: a critical analysis. **Rev. bras. polít. int.**, v. 60, n. 2, p. 1-20, 2017.

BRAGA, C. C. V. **Minustah's success in improving the security environment in Haiti and the Brazilian way of peacekeeping: a view from the field.** In: ISA-ABRI INTERNATIONAL MEETING: Diversity and Inequality in World Politics, jul. 2009, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: PUC, 2009.

BRASIL. Marinha o Brasil. **Manual de operações de paz dos grupamentos operativos de fuzileiros navais: CGCFN-1-8.** Brasília: Marinha do Brasil, 2009.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa.** Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 jul. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **ICA 37-394, Currículo mínimo do curso básico de direito internacional dos conflitos armados e dos direitos humanos (CBDICADH).** Brasília: Ministério da Defesa, 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria nº 16, de 18 de abril de 2018. Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Portaria COMPREP nº 178/COMPREP, de 3 de junho de 2019. Aprova a edição da Diretriz que dispõe sobre o "Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica". **Boletim do Comando da Aeronáutica**, nº 099, Brasília, DF, 2019a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **(DCA) 125-5, Conceito de Emprego da Infantaria da Aeronáutica.** Brasília: Ministério da Defesa: 2019b.

CAMPOS, K. C. L. et al. **Avaliação do sistema de treinamento e desenvolvimento em empresas paulistas de médio e grande porte.** *Psicologia Reflexão e Crítica*, v. 17, n. 3, p. 435-446, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300015>. Acesso em: 1 jul. 2019.



CARRERA NETO, S. MORAIS, M. Análise da participação policial militar brasileira na MINUSTAH In: HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. (Orgs). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017):** coletânea de artigos percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé/CCOPAB. p.66-74. (Edição Especial). Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

FIALHO, F.A.; DIAS, I.M.A.; REGO, M.P.C. M.A. **Instrumento de coleta de dados quantitativos em pesquisas de bioética realizadas.** Tempus actas de saúde colet. Brasília, v.9, n.3, p. 179-186, set, 2015. com crianças. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/40615/2/ve_Flavia_Fialho_et al.pdf> . Acesso em: 5 nov. 2021.

GARCEZ, B. Liderança na região compensa custos de operação no Haiti. **BBC Brasil**, 2007. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/09/070906_haitijobimbrunoba>. Acesso em: 15 nov. 2022.

GONÇALVES, S. F. S. **A Evolução Operacional da Infantaria da Aeronáutica a partir das Missões de Paz da ONU.** Rio de Janeiro: 2018.

GONÇALVES, A.; MOURÃO, L. expectativa em relação ao treinamento influencia o impacto das ações de capacitação?. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 2., p. 483-513, 2011.

HAMANN, E. P. O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil? **Cadernos Adenauer**, v.17, n.4, p. 95-110, 2016.

JACOB, R. A. **A evolução do uso da força nas operações de paz das Nações Unidas a partir da década de 1990 e seus reflexos após 2010.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. de. **O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado.** Brasília: Ipea, 2012.

LACROIX, J. P. Forças de paz enfrentam desafio: como podemos superá-los. **Nações Unidas Brasil**.2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-forcas-de-paz-enfrentam-desafios-como-podemos-supera-los/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MATOS, J.; PINHEIRO, E. C. de S; GRANA, R. N. A atuação do Brasil nas missões de paz: um reflexo para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 12, 2016. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2016.



MARTINS FILHO, E. R. A Participação do Brasil nas Forças de Paz da ONU: Situação Atual e Perspectivas Futuras. In: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 2015. **Palestra** [...]. Rio de Janeiro-RJ: Escola Superior de Guerra, RJ. 2015.

MORGERO, J. C. V. Comandante da Brigada Haiti (2º Contingente). **Relatório final da Brigada Haiti – 2º Contingente**, 12 de junho de 2005.

NASSER, F. Pax Brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em Operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. de. (Orgs). **O Brasil e as operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012.

NETO, D. M. de S. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em Operações de paz da Organização das Nações Unidas. In: KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. de. (Orgs). **O Brasil e as operações de Paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. de; GÓES, F. L. **A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas**. Rev 1516 Texto para Discussão. Rio de Janeiro-RJ.: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations peacekeeping: principles and guidelines**. New York: ONU, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **United Nations peacekeeping: Maintain International Peace and Security**. New York: ONU, 2020. Disponível em: <<https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PASETTO, P. F. APH Tático: particularidades do Atendimento. **RCEsSEX**, v. 1, n. 1, p. 57-63, 2019.

PEREIRA, R. A.; LOURENÇÃO, H.; RUDZIT, G. Análise da interoperabilidade no âmbito da força aérea brasileira: projeto de estudo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASELEIRA DE ESTUDOS DA DEFESA - ENABED, 11, 2021. **Anais Eletrônicos** [...] Online, João Pessoa: UFPB, 2021.

PINHEIRO, A. S. Haiti: A liderança brasileira numa complexa missão de imposição da paz. **Tecnologia e defesa**, v. 26, n. 19, p. 6-27, 2009.

RIBEIRO, K. P. O enfermeiro no serviço de atendimento ao politraumatizado. In: FREIRE E. (Orgs). **Trauma: a doença dos séculos**. São Paulo: Atheneu; 2001.



RODRIGUES, A. O.; MIGON, E.X.F.G. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. Rev. **Carta Inter**, v. 12, n. 3, p. 77-103, 2017.

SILVA, L. G. R. da. **Uma missão de paz na África**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

SILVEIRA, C. R. **Bem-Estar dos militares do Exército Brasileiro em missão de paz no Haiti**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia, Lisboa 2019. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/42787/1/ULSD734279_td_Carolina_Silveira.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

UNITED NATIONS. **United Nations Infantry Batalion (UNIBAM)**. New York: Department of Peacekeeping Operations Department of Field Support, 2012. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/peacekeeping/en/UNIBAM.Vol.II.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

UNITED NATIONS. **United Nations Infantry Batalion (UNIBAM)**. 2. ed. New York: Department of Peacekeeping Operations Department of Field Support, 2022. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/3._military_-_1_united_nations_infantry_battalion_manual_unibam.pdf>. Acesso em: 13 maio de 2022.

VARGAS, J. **Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

VIEIRA, G. S. B. **Conceitos de defesa nacional. Componente Militar**. Nação e Defesa. Lisboa: [s.n.], 1980.

VILLA, R. A. D; VIANA, M. T. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Revista brasileira de política internacional**, v. 53, Special issue, p. 91-11, 2010.

Recebido: 05 Fev 2023

Aceito: 10 Mai 2023

